

CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO DE PORTUGAL

José F. MESTRE ⁽¹⁾; António G. HENRIQUES ⁽²⁾

RESUMO

Na base de qualquer actividade de planeamento deve estar uma análise prospectiva da realidade. Sucede o mesmo em planeamento de recursos hídricos, interessando neste caso uma visão de longo prazo da evolução socio-económica da área objecto do estudo. Surgindo este texto no âmbito do Plano Nacional da Água (PNA), cujos trabalhos decorrem nesta altura, interessará por um lado a caracterização socio-económica do país, por outro, a cenarização socio-económica. Daqui deverá ser inferida a resultante de efeitos sobre os aspectos relacionados com os recursos e os sistemas hídricos, particularmente dos usos e necessidades de água.

No meio natural, a água tem um papel fundamental de suporte da vida e multifuncional na forma como intervém nos ecossistemas. A esta interligação de matérias acresce o facto de a água se constituir para as sociedades humanas como suporte fundamental da generalidade das actividades. Trata-se de facto de um recurso económico, escasso e imprescindível, que potencia e determina de forma bem marcada o desenvolvimento. Tudo isto justifica a cenarização socio-económica. Deste modo, a partir dos cenários tendenciais oficiais, de 1994, elaborados pelo Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) e dos cenários do planeamento energético nacional, apresentam-se as bases conducentes ao estabelecimento dos cenários a adoptar no planeamento de recursos hídricos em Portugal.

Palavras-Chave: Recursos hídricos; planeamento e gestão de recursos hídricos; recurso económico; cenários de desenvolvimento; socio-economia.

¹ Engenheiro de Recursos Hídricos; Estudante de Mestrado em Hidráulica e Recursos Hídricos; Equipa de Projecto do Plano Nacional da Água

² Vice-presidente do Instituto da Água (INAG); Chefe de Projecto do Plano Nacional da Água; Professor Universitário

1 - INTRODUÇÃO

A água é um bem escasso e indispensável ao suporte da generalidade das actividades humanas e o principal factor da sustentabilidade das sociedades modernas. A sua importância exprime-se desde a forma mais primária da água como recurso natural com características ímpares que permite a vida, indo até à expressão da água como factor de produção e de suporte fundamental das complexas estruturas das sociedades contemporâneas.

Sendo factor estratégico de desenvolvimento, importa uma gestão equilibrada da água e dos sistemas hídricos. Particularmente depois da II Guerra Mundial, vigorou uma óptica de exploração dos recursos naturais até ao seu limite, altura em que seriam tomadas medidas, casuísticas, mitigadoras dos efeitos nocivos deste tipo de atitude. Obviamente que surgiram problemas graves, tendo sido na década de 70 o advento de uma nova filosofia de base pela qual se deveria pautar o uso dos recursos naturais e regular os impactes das sociedades humanas sobre o ambiente.

Esse ainda incipiente respeito pela natureza evoluiu provavelmente com a dimensão dos problemas, assistindo-se actualmente a toda uma conjuntura normativa e legal que regulamenta fortemente os aspectos relacionados com o uso do ambiente e dos recursos naturais, particularmente, dos recursos hídricos. Subjacente a esse quadro legislativo está uma sólida política ambiental e que em Portugal assume, não apenas a dimensão nacional mas as obrigações das normas da União Europeia (UE), expressa nas directivas da Comissão Europeia (CE). Globalmente, essas directivas actuam sobre dois vectores principais, a qualidade e a quantidade de água disponível nos sistemas hídricos naturais.

A água encerra um carácter integrador, como recurso natural em termos da multifuncionalidade na forma como intervém nos ecossistemas e, como recurso económico e factor de desenvolvimento, directo interventor em todos os sectores de actividade.

Se analisado no contexto das sociedades humanas é evidente a interdisciplinariedade a que é necessário recorrer para que a análise dos sistemas hídricos e do ciclo hidrológico que representam seja completa. Sendo assim, era pertinente um quadro legislativo que integrasse justamente a perspectiva global de uso da água e dos sistemas hídricos. Desde modo encontra-se actualmente em discussão uma proposta de directiva que estabelece um quadro normativo para os assuntos relacionados com a água na UE, que contempla justamente a interdisciplinariedade da realidade e, das medidas e acções que nalguns casos urge implementar para um uso equilibrado da água e dos sistemas hídricos.

Obviamente que a política ambiental nacional já dá conta das problemáticas a que é necessário atender para uma vivência sustentada sobre o ambiente natural. Escasseiam no entanto medidas fiscalizadoras de alguns aspectos dessa legislação ambiental. Uma vez corrigida esta vertente irá verificar-se-á um enriquecimento do normativo legal com a introdução dos aspectos contidos naquela que será a directiva quadro para os assuntos da água. De referir mesmo que esta directiva cujo conteúdo ainda se discute, obteve uma útil colaboração de Portugal, pela introdução de algumas aspectos que, no entender da comissão nacional de avaliação da proposta de directiva, se encontravam ausentes. Trata-se uma de uma marca inequívoca de que também em Portugal existem algumas correntes inovadoras nestas matérias, algumas vezes de ponta, subjacentes às quais se encontram os princípios nacionais em matéria de recursos hídricos (e ambiente).

1.1 - O planeamento de recursos hídricos em Portugal

O Plano Nacional da Política do Ambiente - PNPA (MARN, 1995) e o DL. 45/94 de 22 de Fevereiro, prevêm o planeamento de recursos hídricos como medida fundamental para a gestão da água. Esse planeamento deverá passar pela execução de Planos de bacia Hidrográfica (PBH) e de um Plano Nacional da Água (PNA), constituindo em conjunto os chamados planos de Recursos Hídricos. Os trabalhos de elaboração destes documentos não tiveram início na altura consignada no diploma que os regulamenta, no entanto, decorrem já em bom ritmo, prevendo-se que venham a estar prontos simultaneamente com o virar do século. A validade legal destes planos é de 8 e 10 anos respectivamente para os PBH e PNA, devendo ser revistos após 6 e 8 anos da sua implementação, o que implica 2008 e 2010 como o horizonte de planeamento dos PBH's e do PNA. Este último deverá ser executado simultaneamente com os PBH e, além de integrar informação que irá resultar da sua elaboração, deverá conter e emitir critérios uniformizadores e toda uma política de base que deverá conduzir aos Planos de Bacia Hidrográfica.

Entre esses aspectos de carácter global que garantirão a homogeneidade e compatibilização dos diferentes PBH, encontram-se os cenários socio-económicos de desenvolvimento de Portugal. Estes cenários constituirão o vector fundamental com base no qual serão tomadas grande parte das medidas e delineados os objectivos de planeamento de recursos hídricos.

O planeamento de recursos hídricos é determinante de uma correcta política de gestão de recursos hídricos, por forma a assegurar a necessária integração territorial da gestão destes recursos, articulando adequadamente as utilizações da água com a conservação do ambiente e dos recursos naturais. Deste modo e em alternativa à casuicidade na tomada de medidas, conseguir-se-á com o planeamento de recursos hídrico, a necessária compatibilização das políticas, programas e projectos de recursos hídricos que assegurem a disponibilidade de água em quantidade, qualidade e fiabilidade requeridas pelos sectores de actividades em horizontes temporais relativamente alargados, e num quadro de incerteza. Salvaguarda-se assim a conservação da natureza e dos recursos naturais e a protecção dos valores ambientais e patrimoniais, pressupostos da sustentabilidade do desenvolvimento. Aliás, a disponibilidade de água, em quantidade, qualidade e fiabilidade, é *per se* um factor condicionante do desenvolvimento socio-económico, devendo o próprio planeamento de recursos hídricos constituir-se como um elemento do processo decisório das políticas de desenvolvimento socio-económico e de ordenamento do território, bem como da articulação dessas políticas com a política de ambiente. A este propósito, o PNPA refere que a conservação da natureza e a valorização do património natural e da paisagem não devem ser entendidas como restrições ao desenvolvimento, mas antes como pressupostos de um modelo de desenvolvimento mais sólido e durável (consolidando o conceito de “recurso natural factor económico”)

Sendo os recursos hídricos limitados, verificam-se dificuldades crescentes em satisfazer o incremento das necessidades de água para as diferentes utilizações, o que, na ausência de planos de recursos hídricos adequados, determina um contínuo aumento das situações de conflito de usos e de degradações ambientais, exigindo o recurso constante a medidas casuísticas para a resolução dos problemas que inevitavelmente surgirão.

Um dos elementos chave do planeamento de recursos hídricos é a análise prospectiva da evolução das necessidades de água dos diferentes sectores de actividade, no quadro do desenvolvimento socio-económico nacional e regional em horizontes temporais relativamente alargados, e do ordenamento do território. O futuro é o resultado de um complexa interacção de

múltiplas variáveis, algumas controláveis e muitas não controláveis. A ilusão de que tudo, ou quase tudo é controlável contraria a abordagem correcta da actividade de planeamento. De facto, o planeamento é essencialmente um processo de preparação para um futuro que é basicamente incerto, e não, um processo de condicionamento desse mesmo futuro.

Os recursos hídricos constituem um domínio em que as incertezas são especialmente relevantes e não podem deixar de ser tidas em consideração de forma explícita. Estas incertezas, que desde logo estão presentes na própria avaliação das disponibilidades hídricas, são sobretudo insuperáveis no que respeita à formulação dos cenários socio-económicos que vão condicionar as utilizações da água. Assim, o planeamento de recursos hídricos tem de dar respostas a situações futuras incertas e não fornecer respostas optimizadas para situações futuras pré-determinadas.

2 - CENÁRIOS SOCIO-ECONÓMICOS DE DESENVOLVIMENTO

2.1 - Introdução

A importância dos cenários socio-económico de desenvolvimento, sendo o seu objectivo principal a visão prospectiva da evolução dos usos e das necessidades de água, obviamente que enquadrada pelo contexto social e económico geral e do estado do ambiente (da qualidade dos sistemas hídricos em particular). Num quadro de alterações climáticas eminentes, importa ainda toma-las em consideração, em termos da dimensão em que poderão influenciar as perspectivas de análise, diagnóstico e tomada de medidas.

O exercício de cenarização socio-económica e seus reflexos em matéria de recursos hídricos, deverá ser encarado de modo a ser possível a perscrutação agregada das necessidades sectoriais de água, bem como a sua espacialização por áreas geográficas de interesse, particularmente as bacias hidrográficas dos cursos de água, bem como a sua espacialização por áreas geográficas de interesse, particularmente as bacias hidrográficas dos cursos de água que de verão ter PBH (segundo o DL 45/94 de 22 de Fevereiro). O horizonte dessa análise deverá ser a 10 e 20 anos e permitir a identificação dos principais sectores de actividade utilizadores de recursos hídricos (particularmente as consumptivas): necessidades urbanas (domésticas, públicas e serviços); industriais (indústria extractiva e transformadora); e necessidades agrícolas.

É sabida a importância detida pelos recursos hídricos nos aspectos relacionados com o consumo na agricultura ou a mobilização para a produção de energia hidroeléctrica. Importa pois considerar estes dois grupos de actividades como os maiores utilizadores de água em Portugal e a mobilidade dos restantes sectores utilizadores de água. De facto, enquanto o desenvolvimento das actividades industriais e de serviços está menos dependente de factores físicos característicos do território e é determinado pela intervenção do Estado em menor grau, já o desenvolvimento das actividades agrícolas, nomeadamente dos regadios, é condicionado fundamentalmente pela disponibilidade e aptidão dos solos e de água, bem como pelos investimentos públicos em infra-estruturas hidráulicas e pelos incentivos à agricultura. Trata-se portanto de actividades fortemente condicionadas pela intervenção estatal.

Para efeitos dos Planos de Recursos Hídricos (PNA e PBH's), o exercício prospectivo que já foi iniciado e deverá prosseguir, irá ensaiar três estágios:

- no primeiro serão identificados os principais factores interessados na procura de água (produto agregado e sectorial, demografia e preços), e, prevista a sua evolução e espacialização através de cenários. Deste modo conseguir-se-á construir cenários tendenciais alternativos de evolução dos determinantes e conseqüentemente da procura de água (volumes e qualidades em função dos usos)
- no segundo serão confrontados os cenários do estágio anterior com a realidade identificada como situação de referência para efeitos dos PBH e do PNA. Com base nisto serão afinados os cenários tendenciais a partir de condicionantes de carácter voluntarista.
- finalmente proceder-se-á a uma análise de sensibilidade exaustiva dos cenários obtidos no estágio anterior, com base em orientações e sugestões de organismos consultivos da estrutura hierárquica construída para efeitos da elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, designadamente a Equipa de Especialistas ou a Comissão Nacional de Acompanhamento, ou mesmo, de outros organismos cujo papel se julgue importante, tais como o Conselho Nacional da Água (CNA) ou os organismos dos diferentes ministérios.

2.2 - Especificação dos cenários

Têm vindo a ser elaborados vários trabalhos que dão conta das evoluções prospectivas (mais ou menos sectoriais, conforme a índole dos trabalhos), de Portugal, da Europa e do Mundo. Como é sabido, o efeito crescente da globalização tem feito assinalar quão determinante se torna a avaliação da conjuntura internacional aquando da previsão de cenários para determinado país (política, economia interna e relações comerciais interestaduais, quadro geoestratégico, etc).

Existem trabalhos de organismos internacionais como a ONU, OCDE, Banco Mundial e da própria UE que revelam o papel que Portugal poderá vir a desempenhar no bloco geoeconomico em que está inserido, bem como em todas as relações que o país mantém ou virá a criar ou desenvolver, quer através de tratados, convenções, do direito internacional ou meramente afinidades culturais ou linguísticas. Do mesmo modo, também Portugal se tem preocupado com a visão prospectiva do futuro, existindo vários trabalhos importantes, dos quais se apontam o de MATEUS *et al* (1995), o da DGE (1995) e, o do DPP (1995). O trabalho da DGE (Direcção Geral da Energia), tem um carácter oficial, e dá conta de cenários relativos às matérias relacionadas com a energia (até 2015). Constituem um conjunto de directrizes que em boa parte assentam no enquadramento e cenarização socio-económica levado a cabo pelo Ministério do Planeamento e da Administração do Território (MPAT), através do seu organismo competente, o Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP). Trata-se de um trabalho abrangente, que avalia a situação de referência de Portugal em termos dos vectores estratégicos para a cenarização socio-económica e parte para um enquadramento geoeconómico do território nacional.

O trabalho do DPP, chega mesmo a criar cenários alternativos para a evolução da UE, culminando finalmente no enunciado de três cenários de desenvolvimento socio-económico, cenários esses que são encarados como base de partida muito importante para a elaboração dos cenários pelos quais serão pautados os trabalhos de elaboração do PNA e dos PBH.

(Falar do trabalho dos especialistas ???)

Os cenários de desenvolvimento de Portugal apresentados a seguir não decorrem de quaisquer dos já referidos cenários internacionais apontados pelo DPP. Dependem sim, de um

enquadramento esse sim externo, que cria potencialidades e condicionamentos a Portugal, em face da conjuntura supra-nacional global. Contudo, como se verá, desses cenários decorrem além de diferentes plausibilidades de ocorrência, causas probabilísticas de adaptação aos cenários europeus e mundiais.

Antes da introdução concreta de uma versão resumida e crítica dos cenários socio-económicos apontados pelo DPP, é importante referir que genericamente eles respondem de formas diferenciais aos quatro conjuntos de questões levantadas a seguir:

- a capacidade de intervir no mercado internacional mediante os processos da *Globalização* colocando produtos e serviços em zonas diversificadas do globo e em áreas de expansão ou pelo menos de maior crescimento e dinamismo (de maior valor acrescentado) do que aquelas em que actualmente nos encontramos especializados (sectores maduros e excedentários);
- a articulação de oferta (bens e serviços), gestão empresarial e grau de exposição à concorrência internacional (intra e extra-comunitária);
- a forma como forem explorados os novos “nichos de mercado” criados pela perspectiva da terciarização, inovação científico-tecnológica, renovação infra-estrutural e criação de novos hábitos e modos de vida;
- o modo como se finalizar a renovação agrícola e se efectuar a valorização dos recursos humanos como factor limitante do desenvolvimento nas vertentes base da I&T e formação profissional (portanto duplamente da produtividade industrial, empresarial e serviços);

Deste modo, os cenários criados pelo DPP como forma alternativa de reacção às questões assim focadas seriam para o horizonte de 2010:

(C1) - Cenário 1 - *Consolidação e Tradição*

O cenário C1 traduz-se numa especialização competitiva e uma internacionalização (com vocação predominantemente iberoeuropeia) em sectores maduros onde a diversificação adquire segunda prioridade. A dinâmica de emprego centra-se no mercado interno e no sector terciário em áreas como as do apoio à indústria exportadora e turismo.

(C2) - Cenário 2 - *Diversificação e Renascimento industrial*

No cenário C2 estão diminuídos os sectores exportadores tradicionais, sendo a tónica a diversificação polarizada em sectores maduros mas reconvertidos tecnologicamente e onde coexiste a par do investimento nacional, o estrangeiro, no âmbito das PME's. A inserção geoeconómica é euroatlântica, a dinâmica do mercado de emprego centra-se em sectores onde a especialização internacional é importante mas onde o terciário nacional continua preponderante.

(C3) - Cenário 3 - *Terciarização e Internacionalização*

O cenário C3 é caracterizado pela diversificação produtiva com maior peso para os serviços internacionais e outros estruturados em volta de áreas funcionais como a saúde, lazer, comunicação e audiovisual (onde se espera um aumento da procura mundial). Existe um terciário dinâmico, virado

para o contexto dos serviços euroglobais, apostado ainda na atracção turística da classe mais idosa dos países desenvolvidos.

Os temas que no trabalho do DPP, foram julgados como estruturantes dos cenários socio-económicos, desenvolver-se-iam no plano da:

- estrutura produtiva e especialização internacional
- valorização de base dos recursos naturais
- emprego e formação de capital humano
- inserção geo-económica e suportes infra-estruturais de internacionalização da economia
- divisão regional do trabalho
- ordenamento do território

Todos os temas apontados no parágrafo anterior são abrangentes e cuja exploração ultrapassaria largamente os limites impostos a este texto. Devido a isto, o molde em que se poderá fazer a apreciação dos cenários será através de um conjunto de caracteres elucidativos de cada cenário e que focarão cada um desses temas. Dado o fim a que se destinam e em face do interesse de que se revestem, ser-lhes-á acrescentado num outro formato, a perspectiva crítica dos autores a esses cenários conjunturais socio-económicos, em termos dos recursos hídricos e ambiente e das matérias energéticas, fechando-se assim o elo de temas que importa focar no capítulo da gestão da água.

Como se verá, do Cenário 1 ao Cenário 3, estabelece-se uma dinâmica crescente e inovadora relativamente àquilo que é a situação actual. No primeiro segue-se basicamente um ritmo de desenvolvimento com estratégias semelhantes às actuais. O Cenário 2 representa uma situação intermédia entre C1 e C3 e finalmente, este último representa um claro desvio de rota, estratégia e ritmos.

2.2.1 - Cenário socio-económicos

(C1) - Cenário 1

- Cenário de consolidação, com ganhos de competitividade e fraca diversificação da actual estrutura produtiva. Os sectores tradicionais ganham competitividade pela qualidade, inovação, imagem e estratégias de comercialização (combinando marcas próprias com sub-contratação), ocorrendo uma reorientação para a exportação dos outros sectores tradicionais como cerâmicas, produtos metálicos, metalomecânica e materiais de construção. Não existe consolidação do “cluster” automóvel, mas uma afirmação da indústria de componentes.
- O terciário assenta no turismo (com base no tradicional “sol e praia”), na satisfação do mercado interno (serviços pessoais, serviços às empresas e serviços de intermediação financeira), havendo algum desenvolvimento de serviços internacionais de base industrial ou associados à engenharia.
- A valorização dos recursos naturais centra-se na floresta (up-grading das exportações da fileira florestal), com reposição e forte extensão das áreas florestais, e na expansão e reconversão da agricultura de regadio no sul. A economia do interior baseia-se fortemente na exploração dos recursos naturais (a par das preocupações ambientais, circunscritas na sua valorização económica),

dá-se uma melhoria da competitividade de alguns segmentos da agricultura no mercado interno (hortofrutícolas), e a afirmação da especialização internacional dos vinhos.

– O investimento estrangeiro não tem papel estruturante, excepto nalguns ramos do terciário interno, sendo a orientação do mercado em direcção a Espanha e Europa e fortemente baseada na rede de transportes terrestres. As regiões-chave para a inserção internacional são: Litoral Norte e Centro (indústria); Lisboa e Vale do Tejo (serviços internacionais); e Algarve (turismo). As ligações estratégicas: Setúbal/Braga (rodovia e comboios pendulares) e ligações deste eixo para Espanha.

– Ocorre reforço das especializações regionais, uma reduzida articulação regional e persistência da dicotomia litoral/interior, mantendo-se o despovoamento rural e um fraco crescimento urbano no interior fora dos corredores de acesso a Espanha. Não há afirmação dos centros de média dimensão, existe uma desarticulação do sistema urbano, persistem formas de urbanização difusa, verificando-se uma muito forte bipolarização por parte das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

(C2) - Cenário 2

– Cenário de diversificação orientada principalmente para a indústria (automóvel, engenharia mecânica e electromecânica ligeiras e indústrias ligeiras ligadas ao terciário) e maior integração vertical nas indústrias tradicionais. Os sectores tradicionais (têxtil/vestuário e calçado) reduzem o peso nas exportações e emprego e ganham competitividade pela flexibilidade, pelo recurso às novas tecnologias de informação e pela qualidade e integração. Os outros sectores tradicionais ganham competitividade pela concepção, imagem e produção de “conjuntos-mercadoria” funcionalmente unificados. Consolida-se o “cluster” automóvel, reforçando uma indústria de componentes e diversificando o tecido industrial (moldes, produtos de fundição, plásticos e borracha).

– Ocorre maior sofisticação do terciário, pela exploração das novas tecnologias das telecomunicações para serviços internacionais, teleprocessamento da informação, projecto de engenharia e arquitectura e maior diversificação dos serviços às famílias. Do mesmo modo haveria uma diversificação dos produtos e mercados turísticos, designadamente pelo angariação de clientes institucionais, infra-estruturas de animação turística, valorização do turismo interno e do turismo cultural.

– Há uma maior valorização dos recursos naturais assente na expansão da agricultura de regadio, principalmente no Vale do Tejo, Alentejo e Algarve; uma expansão mais limitada da floresta com maior orientação para a produção de madeira, a par da perda de peso relativo das exportações florestais e alteração da sua composição: menos pasta e mais papel; maior exportação de produtos trabalhados de madeira: carpintaria e mobiliário. Reforça-se a competitividade agrícola externa, baseada na extensão do regadio, e das indústrias agro-alimentares (vinho, hortícolas frescos e congelados, frutas e carnes de qualidade).

– O investimento estrangeiro tem um papel estruturante, designadamente na indústria e nos serviços internacionais (criando novos empregos), ocorrendo a par de um reforço do peso do mercado europeu não ibérico e dos mercados da Europa. Os portos e o transporte marítimo (“short sea shipping”) desempenhariam um papel central, ganhando também mais importância o transporte ferroviário. Esta nova dinâmica económica saldar-se-á pela inequívoca qualificação e diversificação

da indústria (devido à valorização induzida pelas novas tecnologias de produção, engenharias, I&D, tecnologias da informação) e pelo seu alargamento a novas áreas geográficas não litorais.

– A região de Lisboa e Vale do Tejo ganhará novo papel na inserção internacional do país (pólo central do cluster automóvel e dos serviços internacionais), diversificação industrial e fortalecimento dos serviços no Litoral Norte e Centro (com melhoria da sua inserção europeia). Ocorrerá porém a par de uma diversificação das oportunidades do interior: exploração polivalente da floresta, bolsas de produção agro-pecuária, expansão e reconversão do regadio, instalação de unidades agro-industriais e a valorização turística. Em consequência disto irão desenvolver-se as cidades de média dimensão (Braga, Aveiro e Setúbal), surgindo importantes nós logísticos na transição litoral/interior, com destaque para Torres Novas/Entroncamento, marca da articulação e maior coerência dos sistemas urbanos, actuando agora numa divisão regional das actividades.

– O fluxo de mercadorias dominará no sentido norte/sul (“descida” de componentes e “subida” de produtos importados), havendo um forte movimento de pessoas no eixo litoral (desequilíbrio do terciário e infra-estruturas aeroportuárias no sul). As ligações estratégicas serão: via marítima para o mercado externo (Leixões, Lisboa e Setúbal); ligações rodoviárias e ferroviárias a Espanha, principalmente de ligação do porto de Lisboa ao hinterland ibérico; eixo litoral norte/sul, com alta velocidade entre Lisboa e Porto; ligações de integração dos pólos dos dois sistemas urbanos do litoral.

(C3) - Cenário 3

- Cenário de terciarização, com forte diversificação produtiva em torno de áreas funcionais e para segmentos industriais intensivos em tecnologia. Os sectores tradicionais (têxtil/vestuário e calçado) possuem estratégias de competitividade baseadas na forte incorporação de serviços (arte, imagem, “design” e tecnologia) e na flexibilidade e na associação com grandes multinacionais.

- Ocorre uma diversificação do sector do material de transporte, englobando o fabrico de novos veículos. Existe uma maior capacidade de serviço e de fabrico nos domínios da aeronáutica e do aeroespacial e um desenvolvimento mais pronunciado da electrónica e dos plásticos e materiais compósitos. São áreas intensivas em tecnologia e que têm na base uma maior actividade de I&D e ensino qualificado e uma articulação entre a produção e a investigação. Deste modo irão desenvolver-se também áreas funcionais associadas à saúde, formação, lazer, comunicações e audiovisual, que desempenharão o duplo papel funcional e de criação de emprego.

- Renovar-se-á a oferta turística com novos produtos, sendo mantida durante todo o ano com actividades dinamizadoras paralelas (em face do tradicional “sol e praia). Reforça-se o turismo residencial, cultural e rural a par de uma valorização do ambiente e da paisagem, que é encarado numa nova perspectiva de valorização do ambiente e dos recursos naturais.

- Promove-se uma combinação da floresta diversificada (expandido-se em área) e uma agricultura de maior valor acrescentado, especializada e mais dinâmica nas exportações. A valorização do sector florestal está mais centrada na integração vertical pasta/ papel e na articulação com o sector têxtil (fibras celulósicas). Todos estes são factores que irão desenvolver-se em função do enriquecimento e qualificação da base económica das regiões e que em grande medida resulta da menor diferenciação

dos espaços regionais e do papel estruturante da rede urbana. Essa rede valoriza o funcionamento articulado assente pelas novas tecnologias de telecomunicação. Desta forma o desenvolvimento seria polarizado se bem que pelas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto no litoral, também a partir de cidades de média dimensão no interior (cuja população iria aumentar), surgindo deste modo dois sistemas produtivos fortemente internacionalizados no Norte e Centro Litoral, pelo maior peso de indústrias intensivas em tecnologia e alguns serviços internacionais na região de Lisboa e Vale do Tejo, pela exportação directa e segmentos industriais de alta tecnologia.

- O investimento estrangeiro tem um papel estruturante, sobretudo nas actividades de carácter global, sendo a inserção geoeconómica nacional de índole marcadamente euroglobal, com papel central dos aeroportos e das telecomunicações, das bases logísticas de apoio às redes de satélites, bem como dos portos com funções internacionais. Nesta óptica as ligações estratégicas seriam as de carácter aeroportuário, ferroviário de alta velocidade (Minho ao Algarve com eventual prolongamento para Espanha), portos com funções internacionais (a sul ganharia peso o de Sines), a rede interna de auto estradas e a ligação dos principais centros a Espanha e Europa (reforço do papel de rodovias como o IP2).

- Desenvolvimento do interior na base do turismo e do património, da valorização da floresta e especialidades agroalimentares, da modernização tecnológica da agricultura e da implantação de indústrias tecnologicamente intensivas (particularmente no Alentejo) e de serviços avançados ligados aos pólos universitários.

2.2.2 - Reflexo dos cenários socio-económicos sobre as matérias de índole energética

(C1) - Cenário 1

- Como em qualquer dos casos o cenário energético está dependente da evolução industrial e da estrutura dos consumos energéticos sectoriais. Neste caso, a situação futura seria em proporção, próxima da situação actual, quer em termos da procura quer da oferta do sistema electroprodutor. A evolução dos consumos estaria baseada no crescimento de cerca de 3,7% do VAB industrial até 2000 e de cerca de 2,5% até 2020. Esta desaceleração seria contemplada pelo volume de produção de energia, porém, até ao limite do cenário o sistema electroprodutor ver-se-ia fortemente dependente de uma fonte principal, o gás natural. A diversificação das fontes inscrita nos objectivos da estratégia energética até 2020 não ficaria totalmente implementada, em função de factores como a competitividade económica imediata e de actividades em geral pouco renovadas tecnologicamente, traduzindo-se numa baixa eficiência no cômputo energético (algo visível também, em subsectores como o dos transportes, serviços ou o dos consumos domésticos).

(C2) - Cenário 2

- Este cenário seria em tudo intermédio a **C1** e **C3**, combinando situações intercalares para cada um dos factores mencionados num e noutro cenário. A indústria e os transportes seriam os sectores onde se daria o maior crescimento na procura energética; naqueles dois campos a eficiência energética é maior mas deixa ainda um longo caminho a percorrer. Seria visível por exemplo na elevada taxa de motorização, quer associada ao transporte de mercadorias quer ao transporte individual, reveladora

de uma menos boa estratégia de transportes colectivos (algo que contribui fortemente para a racionalização dos consumos energéticos).

(C3) - Cenário 3

- Em termos da procura energética, Portugal estaria numa situação próxima de **C2**, assistindo-se contudo a uma reestruturação dos sectores mais competitivos da indústria e em consequência, dos consumos energéticos associados. O VAB industrial teria um crescimento que passaria por 1,8% em 2000 e por volta de 0,9% em 2020; o peso do consumo na indústria diminuiria quer no processo produtivo por introdução de novos automatismos e métodos de fabrico que melhorariam a eficiência, quer pela aposta numa indústria mais leve e mais especializada. Estas questões reduziriam o peso do consumo dos transportes terrestres indo a aposta para o uso do comboio como forma mais eficiente de transporte de mercadorias e passageiros; a mobilidade geral da população aumentaria mas, nas áreas urbanas com transporte próprio diminuiria consideravelmente em função de um sistema colectivo mais alargado e eficiente. Em termos da produtividade energética, este seria o cenário da maior diversificação das fontes e processos, respeito ambiental e eficiência energética dos usos em todos os sectores (introduzindo conceitos quase desconhecidos como o da cogeração e a construção civil encarando o projecto de edifícios mais “inteligentes” no campo da racionalização energética). O pleno sentido da política energética nacional inscrita seria cumprido e Portugal estaria com as menores taxas de emissão de poluentes associados à produção de energia dos três cenários (incluindo a de CO₂).

2.2.3 - Reflexo dos cenários socio-económicos em matéria de recursos hídricos e ambiente

(C1) - Cenário 1

- Em resultado da sua reestruturação, a agricultura apresentará em 2020 uma produtividade muito maior, uma vez que manterá desde 1995 e até esta data a sua importância em termos do PIB (3,5%). Isto será feito com recurso maciço ao regadio, de onde, a maioria dos empreendimentos alguma vez estudados ou projectados estará em grande desenvolvimento por todo o continente implicando consumos maciços de água. Destaque para os do Sotavento e Barlavento algarvio, Ribatejo e Oeste, Cova da Beira, Baixos Mondego e Vouga, Entre Douro e Minho e Chaves. Alqueva será o grande investimento para o Sul, prevendo-se a implementação total da valia agrícola em 2020. Como empreendimento de fins múltiplos, Alqueva verá a sua valência hidroeléctrica somada à da Barragem de Fridão (no Tâmega), constituindo-se estes como os dois grandes aproveitamentos neste âmbito.

- A opção energética centrar-se-ia na termoelectricidade via gás natural e na opção mini-hídrica. O avanço da rede de saneamento (águas de abastecimento e tratamento de efluentes), avançaria com o ritmo mais lento dos três cenários, podendo além das obras em curso e que se prevê concluídas até ao horizonte limite, fossem construídas como grandes obras de regularização e armazenamento estratégico, as barragens de Foz Côa e de Sabugal. O cenário das grandes derivações de água interbacias teria lugar aqui lugar como forma de fazer face aos elevados consumos agrícolas; a qualidade da água iniciaria a recuperação mais lenta dos três cenários e centrada fundamentalmente no meio superficial e por via da entrada em funcionamento de um sistema de saneamento mais eficaz.

(C2) - Cenário 2

- Continuando com uma prática forte do regadio, haveria lugar ao total aproveitamento dos sistemas de rega de importância regional, entre eles o do Ribatejo, de Alqueva e o da Cova da Beira (com a barragem do Sabugal). Alqueva irrigaria uma menor área (mas semelhante à de C1) e particularmente culturas hortofrutícolas. Serviria também de tomada de água no esquema de transvase para a bacia do Sado e sistemas de rega do Sotavento algarvio (com a redução da área de rega haveria maior disponibilização de água para abastecimento urbano e industrial).

- Integrando o novo contexto de gestão conjunta das bacias hidrográficas, particularmente as internacionais, haveria uma maior preocupação quanto à quantidade e qualidade da água. Relativamente à quantidade, surgiriam grandes obras de regularização e abastecimento na bacia do Tejo e no Sul do país (Alqueva e reservatórios dos esquemas de transvases), bacia do Douro (caso da Barragem da Quinta das Laranjeiras) e cascata do Tâmega; seriam efectuados investimentos importantes no campo da protecção dos aquíferos (em concreto dos terciários, pelas suas particularidades); no âmbito da emissão de efluentes, a preocupação ambiental é claramente superior a C1 e o programa de saneamento básico encontra-se em aplicação mais efectiva do que em C1.

(C3) - Cenário 3

- Em face das novas concentrações urbanas e das áreas residenciais de qualidade, do aumento do nível de vida e exigência das populações, a preocupação quanto à qualidade e quantidade da água ganharia ainda mais peso do que em C1 e C2, sucedendo o mesmo com o estudo da envolvente dos sistemas hídricos. As reservas estratégicas tenderiam a consolidar a autonomia nacional em termos do abastecimento, questão esta visível por exemplo no empreendimento de Alqueva. Em face das exigências hidroeléctricas e de abastecimento urbano e industrial, a valia agrícola é claramente menor do que a de C1 ou a de C2 (a compensação dos usos agrícolas surgiria de algum modo parcialmente pela irrigação de campos de golfe em face da terciarização e abrangência nacional do cluster turismo); nesta mesma linha das grandes albufeiras de armazenamento estariam Alvarenga, Foz Côa, Sabugal e a exploração hidroeléctrica da cascata do Tâmega; áreas como as orlas cársicas e o aquífero terciário das bacias do Tejo e Sado sairiam melhor protegidas quanto à contaminação;

3 - CONCLUSÕES

Em termos da plausibilidade dos cenários apresentados neste trabalho, a realidade futura andarà próxima da definida por C2 e C3, talvez em maior extensão no quadro de C3. É este cenário que apresenta maior inovação de actividades, quer no âmbito nacional quer europeu. A justificação deste ponto de vista é que, devido aos condicionalismos a que Portugal ficou sujeito ao entrar na CEE e à reestruturação relâmpago a que se obrigou, se o país quisesse tornar-se competitivo em todas as áreas em que os outros países também operam, além de uma pesadíssima modificação dos sectores produtivos, o que envolvia nomeadamente um salto tecnológico importante em todas as áreas, seria necessário erradicar por completo o espírito tradicional empresarial (e cultural, reforçado por mais e melhor formação). Por ser profunda demais, esta modificação não poderia notoriamente e de modo

eficaz ser levada a cabo numa dezena de anos. Porém, se ainda assim isso tivesse podido ser possível, Portugal estaria nesse momento numa situação de partida semelhante à dos outros países, actuante em sectores excedentários e portanto altamente competitivos. Embora sem dimensão, teria que competir agora com grandes países, existindo assim este duplo estágio que teria de ultrapassar com sucesso, o da reestruturação e o da competitividade. Como nesse período de reestruturação os outros países teriam evoluído também e o que é pedido a Portugal é um saldo positivo (quer para o país quer para a saúde da UE), o que tudo isto pretende dizer é que, o caminho seguido pelo país pela via que se pretende representar em C1 seria uma forma contraditória de preparar um futuro melhor.

Acresce ainda que, ao optar por caminhos tradicionais, Portugal teria que passar por toda a problemática, nomeadamente ambiental de actuar futuramente em sectores maduros e que a Europa tenta actualmente transferir parcialmente para os PVD (pela sua “menor consciência ecológica”). Assim, além de ser útil para a União que Portugal não seja competidor mas sim receptor de/em matérias que lhes convém exportar, existirá para o futuro uma realidade provável para o país que oscilará na terciarização e internacionalização fortes como forma de arranjar novos produtos e serviços (de alta qualidade) e para novos destinos.

Relativamente à adaptação aos cenários internacionais, nomeadamente ibéricos e europeus, o Cenário 1 seria aquele que dependeria mais dos destinos extranacionais, enquanto que os seguintes traduzem um crescendo em robustez relativamente à capacidade de adaptação às realidades em que possa incorrer o bloco europeu e sua integração no resto do mundo.

Como conclusão breve e geral, ao patamar temporal que constitui o horizonte dos cenários socioeconómicos (2010), Portugal chegará como país detentor de uma economia profundamente renovada (fundamentalmente isto), quer nas actividades, produtividade e rentabilidade associada quer nos impactes sociais daí decorrentes. Reflectido na forma de encarar a realidade, traduzirá um país moderno e desenvolvido (com as suas virtudes e reversos negativos). A debilidade crónica de que veio a sofrer será modificada por uma adequada autonomia (podendo 2005 ser o ponto baixo em termos do ciclo económico normal); em matéria ambiental, se bem que não exista presentemente em Portugal e no âmbito global uma situação que se possa caracterizar de grave (nalguns casos o termo será “muito preocupante”), o futuro virá também como ganhador nesta vertente.

Portugal atravessa um período de profunda reestruturação e mudanças em todos os sectores da vida nacional. Tudo, absolutamente tudo embora a velocidades diferenciais encetou uma viragem para uma caminho que parece senão o melhor, pelo menos muito superior relativamente àquele que Portugal percorria. Inclusivamente as mentalidades estão agora mais abertas, vivendo-se um período potencialmente “conflituoso” no sentido em que paralelamente coexiste um remanescente tradicionalista ainda muito importante a par de um pensamento de ponta que vai ganhando terreno e reboca o anterior ao mesmo tempo que o renova. O Cenário 3 nos múltiplos pressupostos abordados vem justamente em representação disto mesmo. Se bem que a realidade futura está melhor indexada a este cenário no contexto geral, no domínio particular possui alguns caracteres mais próximos de C2, eventualmente até de C1 (mas, em muito menor escala).